

OS AGENTES MODELADORES DE SALVADOR NO PERÍODO COLONIAL

PEDRO DE ALMEIDA VASCONCELOS

Pós Doutor em Geografia pela Universidade de Paris
e Professor do Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Regional e Urbano da UNIFACS.

Para entender a organização e o funcionamento do espaço da cidade de Salvador no período colonial, é necessário adaptar, ou mesmo criar novos conceitos e noções, pois aqueles utilizados para a compreensão das cidades atuais, não correspondem satisfatoriamente às especificidades e à complexidade das sociedades pretéritas.

Considerando as transformações ocorridas em Salvador ao longo de mais de três séculos, procurou-se elaborar uma proposta de exame dos agentes que tiveram papel importante na conformação da cidade no período colonial, e que não poderiam corresponder, evidentemente, aos atuais agentes da produção da cidade atual. Um primeiro cuidado que se deve ter, é lembrar que Salvador, na época, estava inserida num contexto geográfico mais amplo, o do Império Lusitano, o que leva a lembrar as possíveis similaridades (e diferenças) com outras cidades de criação portuguesa, tanto na Metrópole, como nas demais colônias da África e da Ásia.

Destacam-se no presente trabalho, como principais agentes modeladores das cidades: (1) a Igreja; (2) as ordens leigas; (3) o Estado; (4) os agentes econômicos; (5) a população e os movimentos sociais.

1. A IGREJA

A Igreja Católica, é examinada por um lado, pela estrutura hierárquica da Igreja, ligada ao Estado pelo estabelecimento do Padroado e, por outro

lado, pelas ordens religiosas. O Padroado correspondia a um acordo entre o Papado e a Coroa portuguesa, em que a mesma recebia os dízimos relativos à Igreja, e ficava responsável pela manutenção das despesas da Igreja no Brasil.

1.1 - O papel do Clero Secular

O clero secular era composto, por um lado, pela alta hierarquia, os bispos (e arcebispos), e suas instituições correspondentes, como o Cabido e o Tribunal Eclesiástico. Os bispos (ou arcebispos) instituíam normas e organizavam sínodos. A outra parte do clero secular correspondia aos vigários e párocos das matrizes e paróquias, que realizavam a administração cotidiana das células territoriais menores da Igreja. Inclui-se também, parte do clero que se especializou, como os capelães militares, dos engenhos e dos navios negreiros.

O Bispado (ou Arcebispado) definiu a localização da catedral e das igrejas matrizes, assim como delimitava as áreas territoriais correspondentes (paróquias). Essas divisões em paróquias serviram de base para a definição das freguesias, que influenciaram as conseqüentes divisões administrativas da cidade. As igrejas matrizes, correspondiam aos núcleos das paróquias, tendo um importante função social, tanto no que refere-se ao local de encontros e sociabilidade, como no papel de registro civil.

1.2 - O papel do Clero Regular

Corresponde ao clero que vive em comunidade, obedecendo a uma ordem religiosa. Na Bahia suas funções principais eram de ordem missionária. Também dedicaram-se ao ensino. As ordens, porém, necessitavam de recursos para sobreviver. Num contexto escravagista, receberam bens de fiéis de posses: dinheiro, terras, casas, fazendas, engenhos, gado e escravos.

Os jesuítas possuíam em Salvador, cais, guindaste, seminários e uma quinta (Leite, 1965), além de 186 prédios em 1759. Os beneditinos possuíam importante quantidade de terras urbanas, além de 95 moradas em 1793; os carmelitas também eram proprietários de 75 prédios, no mesmo ano. Os carmelitas descalços viviam dos rendimentos de empréstimos; e os franciscanos administravam missões. Apesar do voto de pobreza, realizaram a decoração interior da igreja mais opulenta do Brasil. As ordens femininas foram mais tardias, em função dos interesses divergentes entre os colonos e a Coroa, devido a escassez de mulheres brancas. Destaca-se o convento do Desterro, que além de ser proprietário de 80 imóveis de aluguel em 1778, ficou conhecido pelo importante número de escravas em relação aos das freiras, assim como pela discutível moral reinante no estabelecimento.

O que mais interessa, porém, é o papel das ordens religiosas na estruturação da cidade de Salvador. A ordem que se estabeleceu em primeiro

“... os conventos tiveram um papel de ponta na expansão urbana de Salvador...”

lugar, a dos jesuítas, localizou seus estabelecimentos no núcleo central, e as que chegaram posteriormente foram se instalando nas periferias imediatas da cidade, inclusive extramuros, como os beneditinos e carmelitas. Porém, sendo grande consumidoras de terrenos, tanto pelo seu porte, como pelas suas atividades complementares, os conventos tiveram um papel de ponta na expansão urbana de Salvador: os carmelitas e ursulinas (Soledade), instalaram-se no eixo norte; os beneditinos e ursulinas (Mercês), no eixo sul; e os franciscanos e franciscanas (Desterro), na periferia leste de Salvador. Alguns capelas e hospícios, doados por particulares, também foram elementos pioneiros da expansão da cidade, como a dos beneditinos em Monte Serrat e na Graça e a dos franciscanos em Boa Viagem.

Diante da precariedade da cidade, sobretudo no início da colonização, os conventos serviram também de hospedaria; de local de depósito de dinheiro e valores (Ott, 1955), e foram transformados em quartéis, desde o século XVII, com as invasões holandesas.

Os outros cultos tiveram pouca importância no período colonial, devido a situação oficial da Igreja Católica, e a proibição de templos protestantes, salvo com restrições, para realizar o culto das pequenas comunidades estrangeiras. Por sua vez a repressão aos cristãos novos só acabou no período pombalino. Inquisidores fizeram visitas e inquéritos. Quanto ao Islã, ele foi completamente erradi-

cado, após a rebelião de 1835, embora tenha ficado a lembrança da existência de mesquitas, em casas particulares, através dos nomes de ruas. Os cultos afro-brasileiros, finalmente, eram clandestinos, e no período colonial tem-se informação da repressão a locais de culto em áreas periféricas.

2. AS ORDENS LEIGAS

Embora as ordens leigas estivessem intimamente ligadas à Igreja Católica, eram, de fato, independentes. Eram associações de leigos, homens e mulheres, que tinham objetivos de ajuda mútua e de caridade coletiva, e funcionavam também como bancos, realizando empréstimos. Possuíam um grande número de imóveis urbanos para rendimento de aluguéis. Entre aquelas de maior prestígio estava, a Misericórdia, exclusiva dos brancos. Essa ordem ocupava-se dos enfermos e implantou o primeiro hospital da cidade; cuidava dos enterros; da assistência aos presos; do sustento de moças pobres e dos órfãos (Russell-Wood, 1981). Para tanto, vivia de doações, realizava empréstimos e possuía 110 imóveis em 1799. A igreja da Misericórdia está localizada na área central, entre a antiga catedral e a praça do Palácio.

As Ordens Terceiras também eram importantes, e exigiam o pagamento de jóias para entrada, o que impedia o acesso de candidatos de poucas posses. Um membro de uma ordem terceira podia se beneficiar de seus serviços em qualquer local do império português onde existisse a mesma ordem (Martinez, 1979).

As igrejas das Ordens Terceiras estavam localizadas junto aos conventos que estavam vinculadas, com impacto menor na expansão da cidade. No caso da Ordem de São Domingos, não havia o correspondente convento de dominicanos, tendo a mesma se estabelecido numa das duas praças principais da cidade. As cinco ordens terceiras de Salvador possuíam 204 imóveis, em meados do sé-

culo XIX, já no período imperial. As irmandades do Santíssimo Sacramento, vinculadas às matrizes paroquiais, também possuíam importante patrimônio imobiliário (161 imóveis no mesmo período), embora dispersos nas diferentes freguesias.

As outras irmandades, de prestígio menos elevado, refletiam as divisões da sociedade colonial: irmandades que sustentavam igrejas e capelas; irmandades especializadas segundo a profissão (dos clérigos, dos militares, dos artesãos e até dos traficantes de escravos); irmandades especializadas segundo os grupos sociais: de portugueses, de brasileiros; de mulatos; de crioulos; de africanos (estes divididas por etnias); e ainda eram divididas segundo o sexo. Essas irmandades também visavam a ajuda mútua, e no caso dos escravos, também efetuavam empréstimos para alforrias.

As confrarias de menor prestígio realizavam seus cultos, inicialmente numa capela de uma igreja ou de um convento, em seguida estabeleciam capelas próprias, e posteriormente edificaram igrejas de porte. Em geral, localizavam-se nas periferias. Em Salvador, as igrejas do Rosário dos Pretos e a da Barroquinha, de irmandades de cor, estavam localizadas imediatamente fora dos muros da cidade.

3. O ESTADO

O Estado no período colonial tinha uma organização bastante complexa, embora tivesse funções bem mais restritas que o Estado atual.

“O Estado no período colonial tinha uma organização bastante complexa...”

Destaca-se seu papel de apoio às atividades econômicas, na sustentação dos funcionários, do clero, e sobretudo na realização de obras defensivas e a manutenção das tropas. As Câmaras tinham um papel importante na condução dos negócios das cidades.

3.1 - O papel da Coroa e de seus representantes

A Coroa portuguesa enviava ordens régias diretamente a seu representante em Salvador. A partir do início do século XVII foi implantado um tribunal civil (Relação). As repartições ligadas às finanças sempre foram importantes (Alfândegas, Casas da Moeda etc.). Ressalte-se que um dos papéis mais importantes dos Governadores e Vice-Reis, era a distribuição de terras urbanas e rurais, através de sesmarias, tanto para as ordens religiosas, como para indivíduos de posse.

O Estado também intervinha nas atividades produtivas, seja proibindo determinadas atividades, ou incentivando produtos e culturas, e mesmo realizando a produção direta, como no caso da produção de naves de guerra nos estaleiros reais.

Os prédios governamentais de maior importância, ocupavam lugares de destaque: a primeira praça era formada pelo conjunto do Palácio do Governador Geral (depois Vice-Rei), do Senado da Câmara, e no século XVII, pelo Tribunal da Relação. O patrimônio do Estado, em meados do século XIX era de 56 prédios e 86 terrenos.

Mas, a importância maior para o desenvolvimento da cidade, era a contínua construção de sistemas defensivos. Os governadores supervisionavam as construções militares: das fortificações portuárias, dos muros, trincheiras, fortes, e de armazéns. Os governadores contavam com engenheiros militares, que vinham de Portugal para o exame das fortificações. Cursos de engenharia militar foram estabelecidos na Bahia, no século XVIII.

O Estado sempre requisitava apoio e ajuda da população, seja através de aumento de impostos tempo-

rários, seja através da colaboração em dinheiro, alimentos, gado e até no fornecimento de escravos para o levantamento de fortificações. Essas construções serviram para definir o núcleo urbano, quando a cidade tinha muros e portas, como também na ocupação de superfícies importantes na cidade, e serviam, juntamente com os conventos, como “pólos” de atração para o crescimento urbano. Os fortes de Barbalho (norte) e de São Pedro (sul), foram pioneiros no desenvolvimento desses dois eixos de crescimento, ficando inclusive situados após os conventos mais distantes. As construções dos diques no lado leste, por outro lado, serviram como obstáculos ao desenvolvimento da cidade nessa direção.

Uma questão relacionada à defesa era a do alojamento das tropas. Em Salvador sempre foi difícil alojar os oficiais e as tropas, mesmo com a implantação de quartéis na Palma (Costa, 1958). Para resolver a questão, os conventos serviram também de quartéis, inclusive através do desalojamento dos religiosos.

Outra função importante do Estado era a infra-estruturação urbana: construção de portos, de armazéns, de estradas. O Estado só começou a se ocupar diretamente do ensino após a expulsão dos jesuítas, em meados do século XVIII.

3.2 - O papel da Câmara

A Câmara municipal tinha um papel bastante destacado no controle das atividades urbanas: decidia so-

“O Estado só começou a se ocupar diretamente do ensino após a expulsão dos jesuítas...”

bre impostos, taxas, controle de preços, limpeza das ruas, destino do lixo; sobre os animais nas ruas; sobre o comportamento de escravos etc. Em 1785, a Câmara definiu os arruamentos das diferentes atividades comerciais e artesanais, assim como as regras sobre o comércio ambulante, e o transporte de bens e pessoas pelos carregadores (Vasconcelos, 1993). Os membros da Câmara tinham competência para conceder ou aforar terras, e de definir os rossios (Marx, 1991). A Câmara também realizava obras de pequena monta, como a manutenção de fontes, bicas, a conservação de pontes e o calçamento de ruas.

O controle da Câmara estava nas mãos dos “homens bons”, em geral proprietários de terra, que deveriam também residir nas cidades. Em meados do século XVIII os comerciantes também foram autorizados a participar da administração municipal.

4. OS AGENTES ECONÔMICOS

Destacamos como principais agentes econômicos do período colonial, os proprietários rurais, os comerciantes e financistas e os artesãos.

4.1 - Os proprietários rurais

As primeiras atividades econômicas importantes foram realizadas no campo (produção do açúcar e do fumo, criação de gado). Portanto, os proprietários rurais passavam boa parte do seu tempo longe das cidades. Em alguns casos, os engenhos competiam com as cidades, pois eram quase auto-suficientes. Por outro lado, os proprietários realizavam importantes investimentos no campo, tanto para o exercício das atividades econômicas (engenhos, escravos), como nos magníficos solares, e em capelas com dimensões de igrejas urbanas. Mas os proprietários agrícolas, que em geral eram membros das Câmaras, assim como as irmandades de prestígio, também se estabeleciam nas cidades. E realizavam construções de solares imponentes, onde viviam com

a família, agregados e escravaria, sobretudo nos períodos de entre-safra e das festas religiosas. As principais referências que se tem de residência dos proprietários agrícolas eram na Cidade Alta, onde se destacam solares como o magnífico Paço do Saldanha.

De um modo geral os grandes proprietários realizaram vultosas doações para a construção de conventos e outros estabelecimentos religiosos. No conjunto também contribuíram para as fortificações das cidades.

4.2 - Os Comerciantes e Financistas

Os comerciantes tinham importância fundamental nas cidades portuárias, sobretudo pelo seu papel de exportadores e importadores. Inicialmente, tinham menos prestígio que os senhores de engenho. Somente a partir de finais do século XVII eles começaram a poder participar como provedores da Misericórdia, e apenas em 1740 foram autorizadas pelo Coroa a participar das Câmaras municipais.

Em Salvador, os comerciantes residiam, em sua maioria na Cidade Baixa, onde tinham seus negócios junto ao porto. Eram, sobretudo, portugueses, e participavam de ordens terceiras em grande número, como a de São Domingos, e tinham irmandades próprias. O prédio da Associação Comercial em Salvador, na Cidade Baixa, do início do século XIX, é um dos melhores símbolos da importância da classe comercial em Salvador.

Um reflexo da importância dos comerciantes (164 em 1799), era a de existir, no final do século XVIII, um regimento independente, chamados de "Úteis", composto por comerciantes e pelos seus caixeiros (Vilhena, 1969).

Uma categoria específica de negociantes, era a dos traficantes de escravos, que faziam o transporte direto entre Salvador e os portos africanos. Eram na sua maioria brasileiros, e chegaram a monopolizar a maior parte do tráfico de escravos. Algumas das famílias mais ricas de Salvador, na época, tinham seus negócios oriundos do comércio de escravos, e alguns

“ Os artesãos foram os discretos responsáveis pela construção de inúmeras igrejas... ”

solares correspondem a essa riqueza acumulada.

4.3 - Os Artesãos

Numa sociedade escravocrata os artesãos tinham menos prestígio que na Europa, em virtude de seu trabalho ser basicamente manual. Geralmente os artesãos compravam escravos e ensinavam o seu trabalho, passando a supervisionar o mesmo (Ott, 1955).

Os artesãos se organizaram em confrarias, realizavam exames, mas o escravismo desorganizou o sistema. Eles tinham irmandades próprias, e tiveram representantes, durante um período, nas Câmaras municipais. Seu baixo prestígio não permitia participar da direção da Misericórdia, sendo considerados "irmãos de menor condição", já que realizavam trabalho manual (Russell-Wood, 1981), e isto pode ser mensurado pela organização das tropas no final do período colonial. Assim, Vilhena (1969) comenta que um dos regimentos de milicianos em Salvador, era composto por artífices, vendeiros, taberneiros e "outras qualidades de homem brancos" (p.245).

Os artesãos foram os discretos responsáveis pela construção de inúmeras igrejas nas cidades coloniais brasileiras, sobretudo as encomendadas pelas irmandades. Alguns tinham "empresas", compostas por escravos, para realizar trabalhos por empreitada.

O exame da postura de 1785 (Vasconcelos, 1993), mostrou que havia um ordenamento espacial dos arrua-

mentos, definindo a localização específica de cada grupo de artesãos em Salvador. O referido ordenamento deixava os lugares mais "nobres" da cidade colonial para os negociantes, ficando outras áreas intra-urbanas para os ofícios mecânicos.

5. A POPULAÇÃO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Além dos agentes econômicos, que corresponderiam as classes sociais dominantes, tínhamos ainda um esboço de "classe média", formada por pequenos assalariados livres, em sua maioria exercendo funções públicas. As atividades "liberais" ainda não estavam bem consolidadas.

Boa parte das residências, quando não eram de propriedade das ordens religiosas ou das ordens leigas, eram construídas por iniciativa dos moradores, mesmo em terrenos foreiros. Os sobrados dos habitantes mais abastados se contrapunham às simples casas térreas. Alguns estabelecimentos comerciais ou artesanais estavam localizados nos térreos dos sobrados. Nas áreas centrais, as residências eram coladas umas às outras.

Com a abertura dos portos (1808), os estrangeiros trouxeram novas formas de morar, casas com jardins em volta, e novos bairros foram escolhidos, como o de Vitória.

A grande massa da população de Salvador era de origem escrava: em 1775 os escravos constituíam 44% da mesma (in Costa, 1965). Os escravos realizavam todos os tipos de trabalhos urbanos, desde o doméstico, assim como o artesanato, o comércio ambulante, o transporte de pessoas e mercadorias, a construção, e o trabalho jornalheiro ou de ganho, que os permitiam maior liberdade. A responsabilidade do alojamento dos escravos era dos proprietários (ou dos locadores de escravos): há referências que mostram os possíveis alojamentos de escravos, sobretudo doméstico: residindo nos andares, junto com as crianças (Kindersley, 1777), ou em lo-

jas, no térreo dos sobrados, em porões, ou nos quintais. Mas com o aparecimento da categoria de escravos de ganho, eles passaram a sobreviver por conta própria, desde que levassem sua contribuição diária ou semanal a seus proprietários. De dia, eles reuniam-se em cantos, como os de carregadores, aguardando os fregueses eventuais. Há informações de que residiam em quartos alugados, ou conjuntamente com os libertos, conforme indicam levantamentos de revoltosos do início do século XIX, como os efetuados por Reis (1986).

Os libertos ou os descendentes de escravos nascidos livres, os mestiços ou negros (crioulos ou africanos), todos tinham dificuldades de se inserir numa sociedade escravocrata. Alguns dedicavam-se ao cultivo de terras em torno da cidade. Na cidade, eles competiam diretamente com os escravos, seja em atividades de ganho, seja em pequenas tarefas e empreitadas. Alguns tinham um pequeno comércio. Uma outra possibilidade era a de engajar-se no serviço militar. O importante é tentar esclarecer onde os libertos residiam: o número de agregados de cor (129 sobre 523 famílias) nas residências da freguesia de São Pedro, em Salvador em 1775, indica a possibilidade de viver num sistema clientelista em plena área urbana (*in* Costa, 1965).

Os movimentos sociais no período colonial foram sobretudo rebeliões: de tropas, pelos atrasos nos pagamentos; da população livre, contra a carestia de vida; e dos escravos, sobretudo africanos, destacando-se os haussás, majoritariamente islamizados. Apesar de terem causado algumas destruições, seu impacto nas cidades não foi maior devido a violenta repressão. Outra forma de rebelião era a fuga, e organização de quilombos em áreas urbanas e rurais. Mas as diferenças dificultavam a solidariedade entre os escravos, entre mulatos e negros, entre africanos e crioulos e mesmo entre escravos e libertos. Os capitães de mato, responsáveis pela busca de escravos fugidos eram sobretudo mulatos.

“ O papel da Igreja tem sido pouco destacado nos estudos urbanos. ”

CONCLUSÃO: O PAPEL DOMINANTE DA IGREJA E DO ESTADO

É possível, portanto, trabalhar com conceitos e noções atuais num contexto de longa duração: os agentes tiveram diferentes papéis durante os quase três séculos do período colonial. A Igreja teve um papel importante, porém declinante no fim do período, enquanto que o Estado manteve seu papel e mesmo ampliou no final do período colonial.

De um modo geral o critério defensivo predominou na escolha do sítio para a implantação de Salvador. Apesar dos ataques indígenas, dos corsários e das potências estrangeiras, Salvador resistiu bravamente. Essa resistência se deve muito à escolha de sítio defensivo, ao estabelecimento do sistema de fortificações, e a uma busca de produtos de exportação que permitissem a cobertura das despesas de manutenção da cidade.

Os estabelecimentos religiosos, importantes nas paisagens de Salvador, refletiam o papel da Igreja ao longo do período e a importância que a população dava às questões religiosas, inclusive deixando parte da herança para fins religiosos. Mas, a localização dos estabelecimentos religiosos dependia também dos terrenos doados pelas autoridades ou pelos fiéis. O papel da Igreja tem sido pouco destacado nos estudos urbanos. No período colonial, podemos afirmar que seu papel foi determinante na estruturação de Salvador. Em primeiro lugar, as ordens religiosas tiveram

um papel fundamental, e dentre elas deve-se destacar a dos jesuítas. Os seus estabelecimentos se localizaram no local de maior prestígio e visibilidade da cidade. A imponência de seus edifícios confirma a utilização dada aos mesmos, após a expulsão da ordem: a sua igreja tornou-se a catedral, e a escola, foi transformada em hospital militar, e posteriormente, em escola cirúrgica.

Os prédios das outras grandes ordens, como a do Carmo, a de São Bento, e a de São Francisco, tiveram sua localização periférica à área central, servindo como pontos de apoio à expansão urbana. Compunham um arco em torno do centro de Salvador. Sua chegada posterior a dos jesuítas, e sua necessidade de amplos terrenos, tanto para os conventos, como para as casas de aluguel, levavam a uma localização periférica. Elas chegaram a possuir mais de 400 imóveis em meados do século XVIII.

Quanto a Igreja Secular, o prédio de grande porte da Sé, ficava situado na área central da cidade, ao qual veio se juntar o palácio do arcebispo, enquanto que as matrizes das paróquias, mais modestas, acompanhavam o desenvolvimento dos bairros periféricos ao centro.

As Ordens Leigas, por sua vez, tinham outro tipo de implantação espacial. Em primeiro lugar, destaca-se a ordem da Misericórdia, pelo seu prestígio, e pela importância das funções exercidas, sua igreja e prédios anexos estavam localizados na área central da cidade. As ordens terceiras situavam-se, normalmente, junto aos conventos respectivos, quando os mesmos existiam. Seu impacto foi maior pela propriedade de imóveis na cidade (674 em meados do século XIX, já no período imperial). As demais irmandades, disputavam as outras localizações urbanas, cabendo às mais ricas as melhores localizações, e conseqüentemente às mais populares (sobretudo as de homens de cor), uma localização periférica.

Quanto ao Estado, este teve, naturalmente, um papel importante em Salvador colonial do ponto de vista

espacial. O Palácio do Governador, e o do Senado da Câmara, se localizavam na área central: na primeira praça construída na cidade alta.

Em relação às fortificações, elas obedeciam a uma lógica própria. Salvador tinha um sistema defensivo reforçado visando a defesa do porto, complementado pelos fortes periféricos de grande porte e pelo dique.

Os agentes econômicos tiveram um papel secundário na estruturação da cidade de Salvador, ao contrário do seu papel dominante nas áreas rurais. Assim, os grandes proprietários rurais tiveram papel indireto, na ajuda da construção de prédios religiosos e das fortificações, mas seus solares estavam distribuídos no “tecido” urbano, destacando-se mais pelo porte que pela sua localização, não havendo ainda uma segregação residencial nítida. Os comerciantes (e em escala menor, os artesãos), tiveram um papel mais importante, devido a consolidação dos arruamentos comerciais e de ofícios. Mas ambas categorias obedeciam as regulamentações municipais.

O restante da população, com menor peso econômico e político que os grandes proprietários e os comerciantes, preenchiam os núcleos urbanos com suas residências, segundo suas possibilidades (quando não moravam de aluguel), nos terrenos disponíveis e obedecendo à regulamentação municipal. Pode-se afirmar que boa parte da população tinha escravos de aluguel como fonte de renda no lugar dos imóveis de aluguel,

“... boa parte da população tinha escravos de aluguel como fonte de renda...”

que pertenciam sobretudo às ordens religiosas e às irmandades.

Os libertos e escravos de ganho habitavam nos locais possíveis no interior da cidade, inclusive de aluguel, assim como nas primeiras periferias, enquanto que os escravos domésticos residiam com seus proprietários. Os alojamentos dos escravos não se destacavam nas partes construídas das cidades, mas eles eram os elementos mais visíveis nos espaços públicos das cidades coloniais. De fato, as desigualdades sociais e étnicas, extremadas no período escravagista, eram menos visíveis nas construções urbanas do que no domínio da rua pelas populações de cor.

BIBLIOGRAFIA:

- ACCIOLI, Ignácio de C. e S. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. Anotador Braz do Amaral. Salvador, Imprensa Oficial, 1919 (vol. 1; orig.1835); 1925 (vol.2; orig.1836); 1931 (vol.3; orig.1836); 1933 (vol. 4; orig.1837); 1937 (vol.5; orig.1843); 1940 (vol.6; orig.1852).
- BOXER, C. R. *The Golden Age of Brazil, 1695-1750*. Berkeley, Univ. of California Press, 1962.
- CALDAS, Jozé A. *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Salvador, Beneditina, 1951 (orig. 1759).
- CAMPOS, João da S.. *Fortificações da Baía*. Rio de Janeiro, S.P.H.A.N., 1940.
- CASIMIRO, Ana P. B. *Mentalidade e Estética na Bahia Colonial: a Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis*. Salvador, F.C.E.B., 1996.
- COSTA, Avelino de J. da. “População da Cidade da Baía em 1775”. V *Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, 1965.
- COSTA, Luiz M. *Na Bahia Colonial*. Salvador, C. V. C. S., 1958.
- FERREZ, Gilberto. *As Cidades de Salvador e Rio de Janeiro no Século XVIII*. Rio de Janeiro, Inst. Hist. e Geog. Brasileiro, 1963.
- FLEXOR, M. Helena. *Oficiais Mecânicos na Cidade de Salvador*. Salvador, Prefeitura Municipal de Salvador, 1974.
- FREIRE, Felisbello. *Historia Territorial do Brasil*. 1º Vol. (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Salvador, I.G.H.B., 1998 (orig. 1906).
- Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha do Ultramar* (Organizado por Eduardo de Castro e Almeida). Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Vols. XXXI (1913), XXXIV (1914) e XXXVI (1916) (in CDroms).

KINDERSLEY, Mrs. *Letters from the Island of Tenerife, the Cape of Good Hope, and the East Indies*. London, J. Nourse, 1777.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Portugalá, Tomos. 1 e 2, 1938.

_____. *Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1965.

MARTINEZ, Socorro T. *Ordens Terceiras. Ideologia e Arquitetura*. Salvador, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFBA, 1979.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil Terra de Quem?* S. Paulo, Nobel, 1991.

MATTOS, Waldemar. *Os Carmelitas Descalços na Bahia*. Salvador, Manu, 1964.

MATTOSO, Katia M. Q. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. S. Paulo, Hucitec, 1978.

_____. *Bahia, Século XIX. Uma Província no Império*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.

MOREIRA, Rafael (Dir.). *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

OTT, Carlos. *Formação e Evolução Étnica da Cidade do Salvador*. Salvador, Manu, 1955.

PINHO, Wanderley. (Prefácio) *Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade do Salvador*. Salvador, Tip. Beneditina, 1945.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. B. Horizonte, Itatiaia; S. Paulo, Edusp, 1976 (orig. 1724).

REIS, João J. *Rebelião Escrava no Brasil*. S. Paulo, Brasiliense, 1986.

REIS FILHO, Nestor G. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)*. S. Paulo, Pioneira, 1968.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília, Eunb, 1981 (orig. 1968).

_____. “Aspectos da vida social das irmandades leigas da Bahia no sec. XVIII”, in *O Bi-Centenário de um Monumento Bahiano*. Salvador, Beneditina, 1971, pp. 143-168

_____. *The Black Man in Slavery and Freedom in Colonial Brazil*. New York, St. Martin's Press, 1982.

RUY, Affonso. *História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador*. Salvador, 1953.

SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Milton. *O Centro da Cidade do Salvador*. Salvador, Progresso, 1959.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*. S. Paulo, Cia. das Letras, 1988 (orig.1985).

SILVA, M. B. N. da. (Org.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa, Verbo, 1994.

SMITH, Robert C. “Arquitetura Colonial”, in Alves, M., Smith, R., Ott, C. e Ruy, A., *História das Artes na Cidade do Salvador*. Salvador, Prefeitura Municipal, 1967.

Tombo dos Bens das Ordens Terceiras, Confrarias e Irmandades da Cidade do Salvador instituído em 1853. Publicações do Arquivo do Estado da Bahia, Vol. VI. Salvador, Imprensa Oficial, 1948.

VARNHAGEN, Francisco A. *História Geral do Brasil.* S. Paulo, Melhoramentos, 1962 (5 vols; orig. 1857)

VASCONCELOS, Pedro de A. "Espacio y Tiempo en Salvador (1785)", *Boletín del Grupo de Trabajo de America Latina*, 6, Barcelona, pp.14-23, 1993.

_____. "Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial", in Castro, I. E., Gomes, P. C. C. & Corrêa, R. L. (Orgs.): *Explorações Geográficas.* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, pp.247-278.

_____. *Salvador de Bahia (Brésil). Transformations et permanences (1549-1999).* Paris, L'Harmattan (no prelo).

VILHENA, Luís dos S. *A Bahia no Século XVIII.* Salvador, Itapuã, 1969 (orig. 1802).

WILLEKE, F. Venâncio (Org.) *Livro dos Guardiões do Convento de São Francisco da Bahia (1587-1862).* Rio de Janeiro, MEC / IPHAN, 1978.



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2 CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS COM ÊNFASE EM ECONOMIA EMPRESARIAL

Curso de Economia Empresarial

Um curso moderno dedicado à formação de Técnicos para a Direção Econômica de Empresas.

O projeto do curso concentra-se na Economia das Empresas, formando profissionais com capacitação para a gestão econômica de negócios da iniciativa privada, em áreas as mais diversas como as da agricultura, agroindústria, indústria, comércio, serviços e turismo.

Com um currículo dedicado a microeconomia o curso contempla em profundidade áreas como as do comércio internacional, câmbio, mercado de capitais, economia agrícola, economia industrial, da tecnologia, do turismo e serviços além de técnicas de consultoria econômica, gestão de micros e pequenos negócios e do meio-ambiente, entre outras disciplinas de conteúdo avançado.

Os economistas formados pela UNIFACS estarão habilitados a executar, entre outras, as seguintes atividades:

- planos, programas e projetos empresariais;
- análise econômica e financeira e análise de risco de investimentos;
- estudos de mercados, de competitividade e de viabilidade econômica de empreendimentos;

- operações no mercado financeiro, notadamente nos mercados de capitais (bolsa de valores, fundos de investimentos) e cambial;
- estudos de competitividade internacional de produtos;
- gestão econômica e financeira de negócios;
- estudos, análises e pareceres pertinentes à micro e macro economia. Análises de conjuntura, elaboração de cenários macroeconômicos;
- perícias, avaliações e arbitramentos. Determinação do preço de mercado de empresas;
- montagem e desenvolvimento do seu próprio negócio;
- outros trabalhos vinculados à consultoria econômica

**Prédio de Aulas 08 - Campus Iguatemi
Alameda das Espatódias, 915
Caminho das Árvores, Salvador-BA
CEP. 41.820-460
Tel. (071) 340 3600/3660
Fax. (071) 340 3697
e-mail: economia@unifacs.br**